

RESENHA BIBLIOGRÁFICA(*)

SZAZADOK. Ano 98, n. 1-2. Budapeste, Akadémiai Kiadó, 1964 (1).

Nossa falta de informação a respeito do estágio dos estudos historiográficos na Europa centro-oriental faz com que a oportunidade de contactos fortuitos leve à formulação de esquemas rudimentares e pouco convincentes. As dificuldades lingüísticas, o reduzido contacto intelectual decorrente de fatores de ordem política e, porque não, econômica, transformam, ou melhor, reduzem o complexo cultural dos Estados situados naquela região numa fusão de mitos e curiosidades. Um ou outro filme polonês, uma ou outra obra literária húngara ou checa formam o balanço geral dessas relações. Daí o interesse em apresentar uma revista que, com seus 98 anos de "idade" é o órgão oficial dos membros duma das associações historiográficas de maior tradição na Hungria (2).

O que imediatamente salta à vista é a atualização, no tocante aos estudos históricos, que revelam várias de suas secções. Ausência de isolacionismo, algum dogmatismo. Há posições em choque mas sempre dentro dum quadro geral, pois que a diretriz geral é a análise marxista. As variações, porém, não são limitadas. O tom crítico é constante.

Na resenha das Revistas encontramos as mais importantes publicações húngaras (em número de dezenove), francesas, soviéticas, romenas, norte-americanas, polonesas, inglesas. E' bem verdade, e faz pena, que publicação latino-americana alguma se faça presente. O mesmo em relação às asiáticas e africanas. De qualquer forma, o que é realmente representativo do pensamento historiográfico do "Ocidente" e do "Oriente", em termos e posições os mais recentes, encontra reflexos no **Századok**.

A resenha de livros apresenta a mesma variedade que a de revistas, mas o espírito é diverso. A tradicional resenha expositiva é substituída pela resenha crítica mormente sendo objeto de resenha obra não marxista. Esse aspecto se torna nítido nas observações de Mérei relativas ao trabalho de **Bodenstein: Neige des Historismus. Ernst Troeltschs Entwicklungsgang** (pg. 253 seg.). O caráter dos reflexos é nitidamente crítico e pode a resenha ser tomada como documento para o estudo do choque historicismo-historiografia marxista. Quando Mérei afirma que

"no nosso tempo o defensor ativo da ordem burguesa não se pode permitir o duvidar da ordem estabelecida pois, quer queira quer não, com isso passa a fortalecer a critica de origem bem diversa das forças revolucionárias",

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente resenha bibliográfica (Nota da Redação).

(1). — A tradução do título é Séculos.

(2). — A revista é publicação da Sociedade Histórica Húngara (**Magyar Történelmi Társulat**) de Budapeste.

podemos bem sentir o espírito lukacsiano e a dinâmica **ação-obração** em todo seu vigor.

Esse nível de análise crítica é substituído por uma apresentação crítica formal ao ser apresentada uma publicação crítica de documentos. A obra editada por **Jenkins (Constantine Porphyrogenitus: de Administrando Império. Vol. II — University of London. The Athlone Press. 1962)** em colaboração com renomados historiadores, tais como Runciman e Lewis, é comentada em detalhes por Györffy (pg. 248 seg.), o qual, após apontar alguns erros, ressalta o caráter valioso da obra (o que parece ser o epílogo obrigatório de qualquer apresentação crítica formal).

A parte da revista que mais se presta à construção dum esquema acêrca da marcha dos estudos historiográficos na Hungria, é composta por três artigos e cinco comunicações. Dentre os artigos o primeiro é de autoria de **R. Prazák: Os intelectuais húngaros reformados na Boêmia e Morávia nos princípios do ressurgimento nacional dos checos** (3). Partindo de um dado geral, qual seja o apóio do catolicismo e das Igrejas Reformadas ao regime estabelecido (fim do século XVIII — início do século XIX), tenta o autor demonstrar o mecanismo da passagem de pastores protestantes de origem popular, de uma condição de porta-vozes da ordem estabelecida, a uma outra de representantes das aspirações anti-feudais. Paralelamente, como que enredado na análise do processo tomado por centro da pesquisa, desenvolve uma outra idéia de grande interesse e riqueza — de como as relações supranacionais entre checos, húngaros e alemães protestantes e o caráter supranacional da formação da **intelligentsia** checa resulta na formação dum ideal nacionalista checo. A documentação é vasta e as citações numerosas e de conformidade com o texto, mas quer nos parecer que o plano do trabalho é ambicioso demais para o resultado alcançado. A riqueza do tema pode permitir um aprofundamento maior no tratamento dos antagonismos sociais decorrentes de situações de classe reconhecidas pelo autor, ou mesmo os reflexos da política européia no aguçar destas crises surgidas. O próprio autor diz que

“A radicalização dos pastores protestantes húngaros na Boêmia concorreu aquela terrível miséria que reinava nas aldeias checas durante as guerras contra a França revolucionária e napoleônica”.

Se bem que o tema do artigo seja circunscrito, não se justifica o abandono duma idéia tão rica, cuja exploração as notas (59 e 60, ao menos, à página 24) quase que exigem.

O segundo artigo abarca o período dentre guerras na Hungria, e leva o título de **A Queda do Regime Governamental de Bethlen** (4). Este trabalho de **László Márkus** apresenta um aspecto comum à historiografia marxista: o fascínio do modelo. Se bem este n.º 1-2 de 1964

(3). — **A Református Magyar Értelmiség Cseh és Morvaországban a Cseh Nemzeti Megújhdás Kezdetén** (págs. 3 e seg.).

(4). — **A Bethleni Kormányzati Rendszer Bukása — I. rész.** (págs. 42 e seg.).

da revista compreenda apenas a primeira parte do trabalho, já se pode notar com segurança que o modelo é o **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, de Marx. O historiador húngaro apresenta, não sem certa acuidade, as composições de forças políticas e suas equívalentes sociais ou, em outros termos, as forças políticas como emanações de grupos sociais, no período já referido, ou seja, na Hungria de entre guerras. O autor mostra a precariedade do equilíbrio conseguido pelo governo Bethlen nas suas relações com os vários grupos econômicos e sociais e, após a montagem do esquema, a ação do grupo facista de Gömbös o qual, com o aguçamento da crise nos diversos níveis, alcança o poder. É curioso o método de Márkus no tocante à seleção de documentos. Ao lado duma utilização muito inteligente de periódicos, negligencia uma fonte documental riquíssima para o estudo da política da época, ou seja, os documentos “secretos” de Horthy, recentemente publicados em Budapeste (5).

O terceiro artigo, de autoria de **Nina Mickun**, trata da Mesta no século XVIII (6). A posição da autora face o problema é, em princípio, contrária à de Klein, para quem a organização apresentou um caráter progressista. Segundo Mickun, a Mesta foi um organismo extremamente prejudicial à economia espanhola, visto que seu progresso esteve intimamente ligado a um processo de expropriação do campesinato espanhol. A análise desenvolvida conta com apoio de farta documentação. O espírito polêmico está sempre presente, mesmo quando se trata de citações ou transcrições de documentos.

“Na medida em que se despovoá o Reino cresce o número de mendigos, de desocupados, de vagabundos... pois não há trabalho”...

diz o corregedor de Badajoz (pg. 100) e a autora pergunta se Klein viu e se viu porque não utilizou a documentação por ela compulsada. A parte final do artigo é essencialmente crítica, não mais em termos de crítica historiográfica mas sim, alcançando as raízes do problema ou seja, justificando o erro pelos limites de percepção demarcados pela situação de classe do historiador norte-americano. As observações, se levarmos em conta a posição de Croce face o papel da exigência da vida prática na elaboração da obra historiográfica, são procedentes. Mas temos que convir que as críticas da autora a Klein não são de inspiração croceana, o que, de resto, não invalida sua posição.

Dentre as comunicações há que destacar, em princípio, duas. A de **M. Troján** (7) a propósito das lutas dos trabalhadores do condado de Bereg no período 1918-1919, e o de **A. Markó** (8) a respeito da documentação relativa à capitulação de Lőcse a 14 de fevereiro

(5). — **Horthy Miklós Titkos Iratai**. Budapeste, Kossuth, 1962.

(6). — **A Mesta a XVIII Században** (págs. 74 e seg.).

(7). — **Bereg Vármegye Dolgozóinak Harca a Tanács hatalomért az 1918-1919 években** (págs. 107 e seg.).

(8). — **Adalékok Lőcse Kapitulációjának Történetéhez** (págs. 176 e seg.).

de 1710. O trabalho de Troján revela uma atitude mental inadequada ao trabalho historiográfico: dogmatismo de inspiração oficial. E não somente o tratamento do tema revela essa atitude como também o aspecto formal se vê prejudicado por uma terminologia que ultrapassa o jornalístico e atinge os limites do mau gosto. Dois exemplos ilustram bem o acima referido. Na página 116 diz o autor que

“o governo latifundiário-burguês húngaro não foi capaz de deter a luta revolucionária de libertação dos trabalhadores, na sua batalha pela união com seus irmãos do outro lado dos Cárpatos”.

Mais adiante, outra tirada engenhosa:

“A vitória da Revolução de Outubro — disse N. S. Kruchev — provocou uma imensa onda revolucionária-libertadora, a qual per corre todo o mundo” (pág. 117).

Ora, o uso do lugar comum oficial, por limitar a possibilidade de análise irrestrita em qualquer ramo das ciências humanas, deve permanecer estranho ao trabalho científico. A confiança do leitor se vê diminuída com o surgimento de passagens do nível das referidas fazendo com que a expectativa se torne antecipação duma conclusão ditada pela historiografia oficial. Vejamos, senão, o último parágrafo do comunicado, na íntegra:

“Em 1944 os trabalhadores do Transcárpatos e, conjuntamente, os de Bereg, foram libertados pelo heróico Exército Soviético. O Transcárpatos Soviético floresce no seio do Estado Soviético da Ucrânia e da União Soviética. Realizaram-se aqueles ideais pelos quais os trabalhadores derramaram seu sangue nas lutas de 1918-1919 (pág. 153).

E' conclusivo. Estatísticas, mau gosto e esquemas pré-elaborados não compõe trabalho historiográfico.

A comunicação de A. Markó foge completamente ao quadro acima traçado. Sem pretensões de análise, transcreve, após breve introdução, o texto integral de documentos relativos a um episódio de história militar: a capitulação duma cidade durante uma guerra revolucionária (9). Nada de novo, já se vê. Mas a introdução dá margem ao autor para considerações a propósito da estruturação da sociedade urbana na Hungria de principios do século XVIII, e da ação da situação de classe dos diversos elementos implicados na trama político-militar sobre a tomada de posição desses mesmos elementos face o evento. O grosso da introdução, porém, diz respeito à situação do acontecimento numa conjuntura mais ampla e à crítica valorativa dos documentos apresentados. Não há concessões formais sequer na última parte da introdução que é a crítica à historiografia relativa ao período e acontecimento em especial.

(9). — Trata-se da guerra revolucionária de Ferenc Rákóczy II contra o absolutismo habsburgo. O movimento foi derrotado em 1711, após uma década de lutas.

As breves considerações feitas permitem, se não uma apresentação das correntes tôdas da historiografia húngara de momento, pelo menos a caracterização de algumas posições nitidamente diferenciadas e definidas. A primeira, aquela representada por M. Troján e sua comunicação, ou seja, a historiografia oficial. A segunda, que é representada neste número do *Szazadok* pelo trabalho de Márkus, e que, juntamente com o de Mérei, representa a tentativa de análise marxista em termos lukacsianos. A idéia de duas culturas sob sua faceta polêmica ou seja, o diálogo crítico com a historiografia burguesa, representada por Nina Mickun, dá a tonalidade à terceira corrente enquanto a última passível de delimitação dentro dos limites estreitos de uma única revista, é a erudita, a qual, sem desprezar a análise de conjunto, utiliza a crítica formal tal qual é utilizada entre nós.

ISTVÁN JANCÓS

*
* * *

L'HISTOIRE ET SES MÉTHODES: recherche, conservation et critique des témoignages; sous la direction de Charles Samaran. Bruges, Gallimard, 1961. 1774 pp. in-8 (Encyclopédie de la Pléiade, v. XI).

Obra que procura dizer o que é essencial à História, como deve ser compreendida à luz da cultura e dos conhecimentos atuais. Frisa a noção de ciclos e de lugar, para a exata compreensão da função da História, dando-lhe os métodos de pesquisa do testemunho, elemento fundamental, mostrando o vivo entrelaçamento das ciências sociais à História para a sua perfeita compreensão, apreciações e reconstrução. Insiste na feição atual da coletividade histórica. Como interesse central da obra vem exposição prática da metodologia, aplicada aos diferentes domínios da ciência dos documentos testemunhadores, inclusive nos vários terrenos auxiliares da história, bem como dando a técnica de exploração dos diferentes tipos de documentos e de sua respectiva crítica, abrangendo tipos e técnicas até às mais atuais, partindo da informação à sua divulgação, historicamente.

A cada capítulo da obra, assinados todos por autoridades do assunto, é acrescentada a devida bibliografia. Faz extensas considerações sobre museus, arquivos e bibliotecas, dando-lhes a função a serviço da cultura e da administração, quanto aos arquivos. Finalizam a obra quadros sinóticos de éras, calendários, e sincrônico dos testemunhos escritos e outros disponíveis, de fatos e civilizações, técnicas e ciências, ao lado da conservação e apresentação dos mesmos testemunhos históricos. Seguem-se muito bem elaborados índices onomástico, analítico, de ilustrações, e geral.

GUIOMAR CARVALHO FRANCO

*

CARVALHO FRANCO (Francisco de Assis). — **História das minas de São Paulo**. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1964. 174 pp. in-8.

Editado pelo Conselho Estadual de Cultura, em sua coleção "História", é divulgado póstumamente o trabalho deste historiador paulista, falecido em 1953.

Como se depreende dos dizeres do prefaciador deste volume, Péricles Eugênio da Silva Ramos — trata-se dum ensaio sôbre Administradores gerais e Provedores das minas em São Paulo, delimitado pelo Autor aos séculos XVI e XVII, referindo o mesmo historiador que o fazia como parte de obra maior que tencionava terminar, incluindo como primeiro volume o Administrador geral don Francisco de Sousa, e como volume final trataria de outras figuras históricas relevantes nas questões das mesmas minas, desde 1663 a 1700, mormente d. Rodrigo Castel Blanco. E' dito ainda, ao mesmo prefácio, que o presente volume se constitui, em parte, dos artigos publicados em 1941 no "O Estado de São Paulo" sob o título "Os Correia de Sá na história das minas de São Paulo", artigos êsses que alcançaram repercussão nos círculos dos estudiosos da História, mesmo em âmbito internacional.

Colhido Carvalho Franco, infelizmente, a meio de plena produtividade como historiador, deixou, apenas, enfeixado numa unidade, o volume que ora edita o Conselho. A obra em apreço é publicada, pois, tal como encontrada entre os papéis do historiador paulista, entendendo o Conselho Estadual de Cultura que devia ser dada a lume, visto considerá-la útil e valiosa para os estudiosos das letras históricas brasileiras.

Quanto à figura de Carvalho Franco, frisa o mesmo prefaciador, suas obras são sobejamente conhecidas para que se necessite recordar quem tenha sido êle como pesquisador e divulgador de fatos da história pátria. Bastaria citar o seu trabalho "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas brasileiros", empreendimento excepcional pela enorme soma de investigações que envolveu e que foi editado pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954.

GUIOMAR CARVALHO FRANCO

*

EHRARD (J.). — **L'idée de nature en France dans la première moitié du XVIIIe siècle**. Coleção "Bibliothèque Générale". Publicação da "École Pratique des Hautes Études" (6e Section). Paris. S.E.V.P.E.N. 1964.

Este livro estuda a formação duma idéia mestra da filosofia das luzes. O autor quis circunscrever, através de diversos empregos da palavra natureza no início do século XVIII, a unidade de um conceito do qual todos os dicionários deploram a riqueza e a confusão. Por isso mesmo êle procurou investigar sôbre a maneira pela qual os contemporâneos de Montesquieu — Prévost ou Marivaux assim co-

mo Fontenelle ou Maupertuis — viam o mundo físico, o homem e sua condição.

Finalmente, a unidade da noção lhe pareceu mais funcional do que semântica. Ao mesmo tempo **idéia-fôrça** e **idéia-freio**, a idéia de natureza está em todos os domínios — no sábio ou no artista como no moralista, no político ou no teólogo — uma noção valorizada, que diz simultâneamente o fato e o direito.

O otimismo da primeira metade do século XVIII funda-se sôbre essa mantida ambigüidade complacente e que queria que a necessidade natural fôsse quase sempre sentida como o inverso duma finalidade. Isso quer dizer que a idéia de natureza é então muito menos e muito mais que um conceito filosófico: uma ideologia geradora de mitos, cujas mentiras preludiam entretanto o nascimento do homem moderno.

E. S. P.

*

MAURO (Frédéric). — *L'Expansion européenne: 1600-1870*. Paris, Presses Universitaires de France, 1964. 417 pp. in-8. (Nouvelle Clio, n.º 27).

Obra de caráter prático, expositiva e bibliográfica, consistindo em observações dum professor que se dedica há longos anos à história colonial, apresentada em ordem lógica, evitando considerações supérfluas, não pretendendo ser exaustiva, nem substitutiva quanto às bibliografias já existentes do assunto. Detem-se nos problemas históricos que pareceram ao Autor mais importantes, com referências apenas à bibliografia, com relação a outros fatos. Insiste mais nos assuntos passíveis de novas pesquisas. Em sua I parte, cita as fontes, agrupando-as pela respectiva posição geográfica — assim são citados os vários arquivos nacionais de muitos países; arrola, em cunho sistemático, obras isoladas, ou coleções de viagens e outras; completa a bibliografia com citações de publicações especializadas nacionais e internacionais. Trata das expansões e problemas coloniais metódicamente, tomando cada país de per si, analisando-lhes a obra de expansão e colonizadora nas diferentes regiões geográficas; cuida mormente das fontes francesas, holandesas, inglêsas, portuguesas e espanholas, dando destaque especial às fontes relativas ao Brasil, quando se refere à expansão portuguesa. Apresenta ao final desta parte, quadro cronológico dos fatos tratados nos séculos XVII a XIX.

Na II parte, analisa as condições marítimas da época e a economia européia de então; a expansão comercial como consequência da colonização econômica, com base capitalista acentuada; os empreendimentos duma família, cujos membros se repartem em mares que se defrontam; as emprêsas individuais; as associações de comércio e outros pontos, explicando a falência ou êxito das mesmas emprêsas. Recompõe a estrutura econômica da época, e estuda as grandes zonas de expansão comercial — os oceanos Índico e Atlântico. Ilustram

tôdas estas observações pequenos quadros estatísticos cronológicos. Relata a ação dos diversos países colonizadores europeus; expõe a expansão agrícola, a industrial e o problema da mão-de-obra; aprecia ainda a economia do tempo sob o prisma dos produtos explorados; descreve as instituições políticas da época; o papel das doutrinas filosóficas em voga, e os problemas intercontinentais que se abrem no tempo. Comenta a atuação das missões e o entrelaçamento das culturas do mundo estudado. Expõe a estabilização e o declínio dos fatos, com menção particular da França e suas colônias, até 1880. Conclui pelo destaque dos países colonizadores, não tanto pela extensão de terras coloniais que conservaram, mas pela respectiva influência econômica e cultural.

Na III parte, focaliza os problemas decorrentes da expansão econômica, subdividindo-os sistematizadamente e tratando-os de modo individual quanto aos aspectos geográficos, econômicos e sociais, concluindo pela importância das questões sociológicas para o verdadeiro conhecimento não só dos processos históricos, como também do conteúdo humano dos continentes que, aparentemente superados pela colonização européia, continuaram entretanto a ter sua evolução própria, deduzida através das novas perspectivas que lhes lança a metodologia histórica atual, acordada pelas inúmeras e imensas influências que, até o tempo delimitado na obra, pareciam esquecidas pelos países colonizadores europeus.

GUIOMAR CARVALHO FRANCO

*

VIGIER (P.). — *Essai sur la répartition de la propriété foncière dans la région alpine et son évolution des origines du cadastre à la fin du Second Empire*. Coleção "Les hommes et la terre". Publicação da "École Pratique des Hautes Études" (6e Section). Paris. S.E.V.P.E.N. 1964.

Descrevendo como a terra era repartida há cem anos entre os habitantes dos cinco departamentos da França do Sudeste (Isère, Drôme, Vaucluse, Hautes et Basses Alpes) e considerando como evoluiu essa repartição durante os cinquenta anos que vão do início da Monarquia Constitucional ao fim do Segundo Império, o autor quis fazer uma obra histórica, e não uma geográfica ou jurídica. O exame de 680 matrizes cadastrais, a consulta de numerosas fontes, manuscritas e impressas lhe permitiram elaborar um método de pesquisa e chegar a certas conclusões que sublinham os laços estreitos existentes entre o regime da propriedade e a conjunção sócio-política. Levando-se em conta as condições próprias da região considerada, essa obra deve ajudar a melhor compreender a sociedade rural francesa no último século, a esclarecer o comportamento dos "camponeses" durante um período da história francesa em que eles desempenharam um papel decisivo e ainda mal conhecido.

E. S. P.

*

SVENDSEN (Arnljot Stromme). — **La Route Maritime du Nord.** Coleção “Contributions”. Publicação da “École Pratique des Hautes Études” (6e Section). Paris. S.E.V.P.E.N. 1964.

“A Rota Marítima do Norte, sua importância para o transporte marítimo e a navegação internacional” é o primeiro estudo em língua francesa consagrado a essa rota essencial de comunicação que liga o Atlântico ao Pacífico pelas águas árticas e a qual o governo soviético dá uma grande importância. As informações sobre essa rota de circulação são, em línguas inglesa e mesmo russa, fragmentárias.

Levando em conta essa deficiência de informações pareceu útil ao Centro de Estudos Árticos e Fino-Escandinavos confrontar os pontos de vista dos diversos especialistas sobre o assunto.

“A Rota Marítima do Norte, sua importância para o transporte marítimo e a navegação internacional” representa o relatório de Arnljot Stromme Svendsen, Diretor do Instituto de Economia Marítima de Bergen (Noruega). Ele é, devido a documentação apresentada e seus numerosos quadros explicativos, e após os trabalhos de Armstrong e Krypton — o estudo básico mais recente sobre essas questões.

E. S. P.

*

HURAUULT (J.). — **Applications de la photographie aérienne aux recherches des Sciences humaines dans le régions tropicales.** Coleção “Mémoires de photo-interprétation” dirigida por R. Chevalier. Publicação da “École Pratique des Hautes Études” (6e Section). Paris. S.E.V.P.E.N. 1964. 111 páginas de texto, 7 figuras e 19 pranchas fora do texto, 4 cartas coloridas, 8 fotos estereoscópicas.

Os esforços empregados para o desenvolvimento econômico e a planificação apresentam aspectos contestáveis, na medida em que eles nos levam muitas vezes a pretender remodelar as regiões em função de esquemas teóricos, sem levar em conta o sistema social e os hábitos jurídicos dos agrupamentos interessados, nem as estruturas agrárias que as traduzem sobre o solo e constituem o seu cimento.

No presente estudo, a fotografia aérea é vista como um meio de conhecer e compreender aquilo que existe.

As conclusões que se tiram desse estudo são importantes: aparece claramente que o meio geográfico não explica as civilizações nem a sua expressão, que é a paisagem humana; esse último aspecto é nos países em via de desenvolvimento a expressão de estruturas sociais e de crenças, que devem ser levados em conta na elaboração de planos de desenvolvimento futuro.

E. S. P.

*

REPORT of the Warren Commission on the assassination of President Kennedy. New York, Bantam Books, 1964. x1, 728 pp. ilus. in-8. br.

Texto completo do Relatório Warren, contendo fotografias documentárias, e partes prefaciais de especialistas reconhecidos, esclarecedoras do próprio texto, bem como dos fatos que circundaram o assassinio do Presidente Kennedy. Conta também esta edição com a colaboração de material adicional, que foi expressamente preparado pelo "New York Times". Traz, além do mais, facsímls de documentos preliminares e posteriores, oficiais, do Govêrno dos Estados Unidos, relativos não só à constituição da referida Comissão como às várias fases do andamento da mesma. Divulga os poderes de que foi investida a Comissão e a sua estrutura, tanto de pessoal componente, quanto de enumeração e seqüência dos atos que deveria cumprir. Completa-se com índice de capítulos que concatena e minúcia os itens tratados, enriquecendo-se a obra com dezessete apêndices que documentam e elucidam muitas partes do texto, bem como trazem dados biográficos dos implicados, lista de centenas de testemunhas apresentadas à Comissão no decorrer dos trabalhos inquisitórios, indexando-lhes a atuação e as circunstâncias do depoimento. O Relatório metodiza tôda a matéria que contém, descrevendo ainda as várias técnicas adotadas no curso do processo total. A sua feitura faz concluir pela vastidão e profundidade dos trabalhos elaborados pela Comissão e o esforço dispendido no intuito de esgotar as possibilidades de esclarecimento dos fatos. Finaliza o volume índice alfabético de nomes pessoais e institucionais citados ao texto.

GUIOMAR CARVALHO FRANCO

*

GREGORY (Robert G.). — **Sidney Webb and East Africa. Lavour's Experiment with the doctrine of Native Paramountoy.** University of California Publications in History. Vol. 72, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1962. Publicação simultânea da Cambridge University Press, London, 1962.

A comoção causada pelo advento do movimento Mau-Mau em 1946, bem como o seu paroxismo terrorista em 1952-1953, servem já de si, de motivos suficientemente fortes para recomendar mesmo ao leitor menos especializado o presente trabalho. Se êle não justifica o terrorismo ocorrido em Quênia, pelo menos esclarece os antecedentes e os fatos que o explicam. Para o leitor mais particularmente interessado em história da África, o presente volume constitui leitura praticamente essencial, pois, nêle desfilam alguns dos mais cruciantes problemas desta antiga colônia britânica, outrora parte integrante da chamada África Oriental Britânica. Aqui

o Autor estuda com detalhes a formulação, evolução e significação da política colonial desenvolvida pela Grã-Bretanha em relação à África Oriental entre 1923-1931, justamente o período em que foi aplicada, ou melhor, fizeram-se tentativas no sentido de aplicar a política da chamada **Native Paramountty**.

Uma tradução que nos parece razoável para o termo acima empregado, seria: a teoria da "Sobrepujança Nativa", no caso em questão, Sobrepujança africana. Em síntese, essa doutrina visava o estabelecimento de uma política no sentido de dar ênfase à defesa dos interesses "nativos" nas disputas entre africanos e elementos dos outros grupos raciais radicados naqueles territórios, os quais correspondem hoje às nações livres da Uganda, Tanganica e Quênia.

A escôlha do Autor para um estudo mais apurado do caso de Quênia, seria o resultado de sua observação, *in loco*, interessando-lhe naturalmente o aspecto multi-racial apresenatdo até hoje pelo Quênia, onde o Autor também residiu na fase final das suas pesquisas. Seu livro resulta da publicação de tese de doutoramento para a qual trabalhou em Cambridge, nos Arquivos do **Colonial Office** e finalmente sob os auspícios da **Ford Foundation**, na própria ex-África Oriental.

Em 1929, com a vitória do Partido Trabalhista, o Primeiro Ministro, James Ramsay Macdonald, vê-se compelido por circunstâncias de política interna do seu partido e mesmo por questões estatutárias, a colocar no Ministério das Colônias o velho intelectual e humanitarista inglês **Sidney Webb**. Este, homem de grande versatilidade intelectual, era figura de projeção no Trabalhismo, no qual dera estrutura mais dinâmica e enquadrada dentro de princípios filosóficos claramente estabelecidos. Amigo e companheiro de G. B. Shaw, o velho Webb estava, até então, praticamente aposentado, embora, ainda, detivesse nominalmente a Cátedra de Estudos Práticos de Sociologia e Política que havia iniciado na já então famosa **London School of Economics**.

Encabeçando o título do livro em aprêço, a figura de Sidney Webb é a mais extensivamente estudada e o Autor esforça-se por provar a correlação estreita entre o caráter do biografado e o rumo tomado pelos acontecimentos na Política Colonial da Grã-Bretanha da época. A ida de um homem do quilate de Webb para a Pasta das Colônias é, sem dúvida, um marco importante na História Colonial Britânica e a sua presença precisamente nessa Pasta naquele momento é de uma importância vital para a tomada de novos rumos políticos no campo do humanitarismo. Ali teria o grande teórico do Trabalhismo a oportunidade ímpar de pôr em prática o que pregava. O que fêz Webb de tal oportunidade e de como os acontecimentos da época o envolveram, marcando a sua ação, eis o que procurou esclarecer o Autor do presente trabalho.

A África Oriental e nela mais particularmente o Quênia, foi o campo onde mais aplicou-se o nôvo titular do **Colonial Office**.

A natural atração do clima mais temperado dos **Highlands** do Quênia e a fertilidade de suas terras, constituíram um incentivo es-

sencial para a fixação, em caráter mais permanente, de comunidades brancas dedicadas à agricultura. Por isso mesmo, teriam êles interesses mais sólidos a defender, donde se conclui mais ainda sua importância como expressão econômica, cujos interesses não poderiam deixar de pesar dentro do Império Britânico.

Acontece que o Quênia foi também, antes do estabelecimento dos brancos, um dos territórios africanos para onde afluíram emigrantes indús, *coolies* e outros destituídos, tocados de sua terra pelas várias “fomes”. Seus descendentes, eventualmente privados pelos novos senhores das melhores terras, tornaram-se, em geral, comerciantes, ocupação impopular a que se dedicam muitos dêles até os dias de hoje em várias partes da África.

Segundo o Autor, como não poderia deixar de acontecer, a presença dos indús em número ponderável no Quênia, foi um elemento de exarcebação da tensão racial naquêlo território, porque, segundo afirma, inúmeros dêsses atritos ocorreram mesmo anteriormente à chegada dos brancos.

Apesar dos atritos anteriores e ainda assim, já antes de 1923, vinham os mesmos indús agitando o problema do ressentimento existente entre os nativos africanos em relação aos colonos brancos no Território (Quênia). É fácil concluir com o Autor quais os motivos que os transforma então em paladinos dos interesses nativos, invocando a sua qualidade de emigrantes mais antigos.

Sendo a Política Colonial um terreno em que os britânicos procuraram, na maioria das vêzes, agir com a maior prudência, e tanto quanto possível atentando para os interesses dos colonos britânicos, a questão é que o problema estava sendo agitado e agitado numa hora em que as próprias relações entre a Grã-Bretanha e o Império da Índia, parte do Império Britânico, eram também objeto de cuidadosa diplomacia colonial (fato a que, aliás, o Autor não se refere, mas subentende-se que tenha em mente). O resultado, foi então, a publicação do famoso **White Paper de 1923**, que o Autor estuda detidamente, pois, foi neste documento pela primeira vez mencionada oficialmente a questão da “Sobrepujança nativa”. O duque de Devonshire, naquela época, Ministro das Colônias, sugere no dito documento que o Governo daria consideração primordial aos interesses “nativos” (africanos, no caso) em qualquer contenda entre os interesses dos mesmos e dos colonos.

Colocava-se, assim, com tal declaração, o Governo na posição de mandatário (e defensor) dos interesses nativos, e aqui, aponta o Autor, encontra-se na realidade tôda a essência da idéia de **Trusteeship** (Tutela), aparentemente posta em prática pela primeira vez então, oficialmente, apesar de já enunciada desde o século anterior pelos humanitaristas ingleses.

Segundo o Autor do livro que apreciamos, a própria doutrina de “Sobrepujança nativa” seria um colorário ao princípio do **Trusteeship**, princípio êsse que, apesar de anunciado em 1923, nem por isso passou a orientar consistentemente a política Colonial Britânica.

As resistências, os percalços e a evolução dos acontecimentos, uma vez enunciado o princípio de “Tutela”, com suas naturais implicações relativas ao problema nativo, constitui tôda a tecitura histórica daquilo que virá a ser vigorosamente agitado quando Webb assume o Ministério das Colônias em 1929.

Além do tema de maior importância que justifica o título da presente obra, o Autor estuda ainda outros pontos de grande interesse informativo, como sejam as campanhas dos humanistas Oldham, Davidson e do missionário escocês Arthur. Este último, figura semi-legendária de grande prestígio entre os africanos e que, eventualmente, transformou-se em delegado dos interesses africanos junto ao Governo e a opinião pública da Grã-Bretanha.

As relações entre os defensores dos africanos, defensores dos indús e defensores dos interesses dos colonos brancos, bem como a notícia que tomaria do assunto, em geral, o Governo e a opinião pública britânica — que o Autor expõe baseado em documentos e periódicos — constitui interessante contribuição, não só para o assunto em foco, como também para a História em geral.

O elemento missionário em sua ação política, dada a natural maior proximidade e confiança por êles inspirada junto aos africanos, poderia oferecer campo para um estudo mais detalhado da parte do Autor, notando-se, porém, que assinala a presença de ponderável número de missionários entre os brancos que pugnarão pela idéia de preponderância nativa no Território.

O motivo de maior impacto na leitura do presente livro, constitui, como seria de se esperar, o estudo do momento em que surgem os primórdios da tomada de consciência por parte dos africanos, da sua situação de maioria explorada, tarefa na qual teria usado documentação colhida em Quênia e informações de fontes africanas, o que constitui também objeto de grande interesse para quem procura a verdade histórica.

Dentro de tal esquema, explica e examina o Autor a história da Primeira revolta dos kikuyo em 1919, a chamada revolta Thuku. Harry Thuku era um jovem telegrafista em Nairobi, onde habitava e habita até hoje a tribo dos kikuyo. Devido a êsse fato mesmo, como precisamente assinala o Autor, estando mais em contacto com os brancos no trabalho caseiro, nas plantações ou nas emprêsas comerciais, sentiam aquêles mais de perto a desigualdade, compreendendo também com um pouco mais de desenvoltura a sua situação subalterna. A revolta Thuku foi esmagada pela polícia como não poderia deixar de ocorrer. Porém, demonstrou o descontentamento e a tomada de consciência de pelo menos uma pequena parcela da população “nativa” quanto à injustiça de fatos como o porte do “passe” (kipandis), ou a proibição de que o africano plantasse ou criasse e muito menos cultivasse café ou, ainda, a injustiça de que não tivessem representação no Conselho Colonial, mesmo depois da brilhante atuação dos seus “Rifles” na 1a. Guerra. Nessa ocasião, os indianos obtiveram, sem se contentar, naturalmente, dois lugares no mesmo Conselho.

Outro exemplo, citado pelo Autor, de atrito entre africanos e brancos no Quênia foi a controvérsia chamada do **African Labour**, ou seja, a nova ordenação em questão de trabalho africano posta em vigor em 1919, em seguida à guerra e ocasionada devido mesmo a escassez de braços logo após o Armistício. Isso ocorreu, quando os negros vindos do *front*, retornaram às reservas e, na mesma ocasião, precisaram deles os colonos, pois estes, desejavam com a vinda da paz, retornar às suas propriedades com maiores energias e oportunidades lucrativas, demandando mais braços quando estes eram mais escassos.

O Governo da Colônia engajou-se, então, em política de quase compulsão ao trabalho. Ajudadas, via de regra, por alguns chefes africanos, as autoridades coloniais impuseram, na ocasião, praticamente, um regime de semi-escravidão. Protestos missionários, dos humanitaristas e reação na imprensa como também no Parlamento (agitado pelos Trabalhistas) a favor dos nativos, levariam o Governo a uma política de compromisso em 1921, onde seria o trabalho compulsório, então, restrito a Serviços do Governo e assim mesmo em ocasiões muito especiais. Ganhava terreno já agora a Campanha dos Missionários e Humanitaristas ingleses pela Doutrina da Sobrepujança nativa, embora, nesse tempo, ainda ela não tivesse triunfado. O homem que lidou de maneira mais inteligente, embora conservadora, com o problema do trabalho africano na “África Oriental” foi precisamente Winston Churchill, então à testa do **Colonial Office**.

Somente no ano de 1929, surgiriam as condições capazes de possibilitar o triunfo da “Doutrina”, e estas ocorreram ao fim de um período em que praticamente regredira a idéia de “Sobrepujança”, regressão esta consubstanciada em outro **White Paper** em 1927, reformulando a política Britânica em relação à África Oriental em termos da chamada **Dual Policy** ou política dual, de mandato dual. Aparentemente essa era uma política conciliatória dos diversos interesses da colônia, à qual o governo deveria prover tendo em vista o mandato “dual”, que habilitava o Governo a proteger os interesses nativos e europeus. Isto implicou na prática em verdadeira mudança de orientação claramente a favor dos interesses do conservadorismo da comunidade britânica local.

Com a vitória esmagadora dos trabalhistas em junho de 1929, e com a presença de Sidney Webb no **Colonial Office**, começa o Autor a segunda parte do seu livro, no qual leva mais ou menos o mesmo número de páginas utilizadas na primeira parte do livro.

Partindo do estudo da personalidade de Webb e da maneira como este agiu sempre, o Autor procura explicar como a política colonial do **Labour** para a África Oriental, não funcionou como deveria, embora inspirada no princípio da “Sobrepujança Africana” ou “Nativa”. Chegada a hora de pôr a sua idéia em ação, com a formação do **Joint Comitee**, para apreciar o assunto, a Presidência fôra dada, pelo próprio Webb, a um Lord conservador. As “testemunhas” africanas nem sempre puderam ou souberam apresentar devidamente seus argumentos, como o fizeram os representantes da Comunidade Européia ou mesmo dos indús até certo ponto. Enquanto isso

Webb, como um *gentleman*, procurava não impor o ponto de vista do Governo, mas tentar “justificá-lo”.

Finalmente, a impopularidade dos Atos de Webb entre os colonos da África, não se cingiu ao Quênia, Uganda e Tanganica. Nas duas Rodésias, exatamente devido aos acontecimentos originados pelos chamados, pejorativamente, **Black Papers** de Webb (1930-1931) as idéias antigamente entretidas de juntar aquêles territórios aos da África Oriental, foram totalmente rejeitadas pelas Assembléias das Rodésias, procurando estas últimas aproximar-se da União Sul-Africana.

A União Sul-Africana entra, naturalmente, no balanço dos acontecimentos políticos e o seu apóio às comunidades européias da África Oriental, torna-se em postulado político, pelo qual pugnam os seus representantes junto ao Parlamento Britânico.

E’ assim — explica o Autor — que a própria escôlha dos meios para executar o esquema de Webb e dos humanitaristas inglêses, a preponderância dos interêsses africanos na formulação da política colonial para a África Oriental, isto é, o “Comitê Conjunto” foi seu próprio tûmulo. De fato, o que sobra, quando muito, é o estabelecimento de um princípio, com orientação um tanto vaga, mais baseada no jôgo de palavras, política orientada no sentido “Dual” de interêsse das duas comunidades em choque. De prático, concordamos com o Autor, fica apenas a tomada de consciência do problema. Na realidade, porém, mantinham-se os líderes africanos no exílio, restringiam-se as atividades do partido da “Associação Central dos kikuyo”, o que mostra não ter o Governo Britânico abraçado a política preconizada por Webb. A experiência acima descrita, na idéia do Autor, poderia ter sido um exercício útil para a política colonial inglêsa na África Oriental e Central, se tivesse sido aproveitada, o que evitaria, talvez, quem o sabe, o episódio Mau-Mau em 1948.

Finalmente o Autor conclui que a idéia de Sobrepujança nativa não poderia, historicamente, ter predominado em 1930, da mesma forma que a política “Dual” seria anacrônica em 1960. O estudo feito no presente livro, porém, é um excelente guia para a apreciação de aspecto importantíssimo da política colonial inglêsa na África e, sem dúvida, demonstra a existência de um movimento, da ação de um grupo e de um momento em que uma idéia avançada para a época foi levada avante, tanto quanto o permitiram as circunstâncias. Não deixou de marcar, ainda, uma certa tomada de novos rumos por parte do Governo Britânico a partir de 1923, o que teria, sem dúvida, influência posterior na prudente atitude britânica, em considerar mais ou menos consumada a era colonial na África Inglesa a partir de 1947, com a independência concedida à Costa do Ouro, atual Ghana. Desde então, vinha o Governo Britânico a fazer provisões com o fito de passar suavemente o bastão de comando para as novas nações africanas, no que parece ter sucedido, pelo menos, na grande maioria dos casos.

ANTÔNIA FERNANDA DE ALMEIDA WRIGHT